



XVIII ENANPUR
NATAL 2019
27 a 31 maio

OS MÚLTIPLOS TERRITÓRIOS DA PRAÇA CENTRAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP: UMA EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA

Autores:

Aline Cristina Gomes da Costa - Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP - aline_cgc@hotmail.com
Valéria Regina Zanetti - Universidade do Vale do Paraíba - UNIVAP - vzanetti@univap.br

Resumo:

Este artigo realiza uma análise etnográfica sobre as diferentes formas de apropriação do espaço de uma praça pública do antigo centro da cidade de São José dos Campos, localizada no médio Vale do Paraíba paulista. O estudo, baseado na figura do flâneur de Walter Benjamin (2000) e no caminhante de Michel de Certeau (1994), desvelou a constituição de múltiplos territórios, afirmados pelo poder da representação simbólica, no espaço funcional do espaço público. Por meio do conceito de panoptismo de Michel Foucault (2012), desenvolveu-se uma leitura sobre a vigilância, a disciplina, o poder e as constituições das barreiras abstratas, partindo tanto das instituições, quanto dos usuários fixos da praça, que marcam seus territórios por aquilo que denominamos no estudo por “panoptismo reverso”. A leitura subjetiva do espaço, proporcionada pela etnografia, reforçou a necessidade da construção de um (re) conhecimento sobre a práxis urbana nas discussões do campo do Planejamento Urbano e Regional.

OS MÚLTIPLOS TERRITÓRIOS DA PRAÇA CENTRAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SP: UMA EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA

RESUMO

Este artigo realiza uma análise etnográfica sobre as diferentes formas de apropriação do espaço de uma praça pública do antigo centro da cidade de São José dos Campos, localizada no médio Vale do Paraíba paulista. O estudo, baseado na figura do *flâneur* de Walter Benjamin (2000) e no caminhante de Michel de Certeau (1994), desvelou a constituição de múltiplos territórios, afirmados pelo poder da representação simbólica, no espaço funcional do espaço público. Por meio do conceito de panoptismo de Michel Foucault (2012), desenvolveu-se uma leitura sobre a vigilância, a disciplina, o poder e as constituições das barreiras abstratas, partindo tanto das instituições, quanto dos usuários fixos da praça, que marcam seus territórios por aquilo que denominamos no estudo por “panoptismo reverso”. A leitura subjetiva do espaço, proporcionada pela etnografia, reforçou a necessidade da construção de um (re) conhecimento sobre a práxis urbana nas discussões do campo do Planejamento Urbano e Regional.

INTRODUÇÃO

Caminante, son tus huellas
el camino y nada más;
caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.

(Antonio Machado)

O ambiente urbano é o mais completo conjunto da materialidade construída a partir da práxis social. Milton Santos (1988) afirmou que o espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável em que participam, de um lado, determinado arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima. A sociedade (o conteúdo) não é independente da forma (os objetos geográficos) e, cada

forma, encerra uma fração do conteúdo. Portanto, o espaço é um conjunto de formas que contém, cada qual, frações da sociedade em movimento.

À essa acepção, Michel de Certeau (1994) acrescenta que o espaço é transformado e ressignificado a partir da experiência social, que é guiada pelo ato de caminhar. Para Certeau, os passos moldam os lugares e os transformam em espaços, que inserem e inscrevem nestes, camadas simbólicas, a qual se sobrepõem e criam uma extensa rede de significados. Os passos do caminhante então, representam uma experiência qualitativa, que perfaz, “um estilo de apreensão táctil de apropriação cinésica”, do qual as “motricidades dos pedestres formam um desses ‘sistemas reais cuja existência faz efetivamente a cidade’” (CERTEAU, 1994, p. 176).

As experiências corporais não somente conformam a apropriação de um espaço, como também são capazes de produzir novos espaços de significação, cuja linguagem compõe a cidade em suas particularidades. Deste modo, o espaço urbano é construído e alterado de forma materializada em sua paisagem e, também, de forma simbólica, nas práticas cotidianas e experiências. Para Ítalo Calvino (1990), o espaço da cidade é considerado:

um quebra-cabeça que esconde um desejo, ou então o seu oposto, um medo. As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas e que todas as coisas escondam uma outra coisa (CALVINO, 1990, p.34).

Ao comparar a cidade com sentimentos de desejo e medo, com discursos e regras que dizem algo mas significam outras coisas, percebe-se o quanto o espaço é complexo, líquido e subjetivo, marcado por relações perenes entre as formas de poder e apropriação. Adentramos aqui, no dispositivo panóptico de Foucault, instrumento que “organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente” (FOUCAULT, 1975, p. 224), cujo poder se anuncia nas próprias estruturas arquitetônicas e urbanísticas.

Haesbaert (2004) diz que a territorialidade incorpora tanto a dimensão estritamente política, quanto as relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada à maneira, pela qual, as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como dão significado ao lugar. A territorialidade, como um componente do poder, “não é apenas um meio para criar e manter a ordem, mas é uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico através do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado” (HAESBAERT, 2004). Portanto, todo território é, ao mesmo tempo, funcional e simbólico, pois exerce-se domínio sobre o espaço tanto para realizar funções como para produzir significados (IDEM).

Certeau (1994) afirma que o espaço urbano planejado por profissionais técnicos é, ao mesmo tempo, reordenado de acordo com as astúcias do caminhante, ao dizer que “o espaço é um lugar praticado”, de forma que “a rua, geometricamente definida por um urbanismo, é transformada em espaço pelos pedestres” (CERTEAU, 1994, p. 202). Se há uma ordem espacial que organiza um conjunto de possibilidades e proibições, o caminhante, de forma astuta,

atualiza algumas delas. Da mesma maneira que ele “transforma em outra coisa cada significante espacial” (IDEM, p. 178).

Uma maneira de identificar as astúcias do caminhante é se posicionar na figura de um e tentar agir e observar de que forma se dão as relações de poder e apropriação na escala micro do espaço bordado pelos passos. O caminhante que carrega consigo este tipo de apropriação cinésica pode ser representado pelo *flâneur* de Walter Benjamin (2000), o qual se realiza pelo prazer em observar de forma reflexiva os moradores da cidade em suas atividades diárias, com o olhar atento sobre o espaço urbano e os símbolos ali estabelecidos.

Rouanet (1992) considera o *flâneur* o “alegorista da cidade, detentor de todas as significações urbanas, do saber integral da cidade, do seu perto e do seu longe, do seu presente e do seu passado”, que vê a cidade sem disfarces, fazendo dela o “seu templo, seu local de culto”. Em suma, o *flâneur*, passeia pela cidade e não se nutre apenas do que está sensorialmente sob seus olhos, mas se apropria, também, do saber contido nos dados mortos, como se eles fossem algo experimentado e vivido (ROUANET, 1992, p.50). Da paixão do *flâneur* pela cidade e pelos grupos sociais, a *flânerie* sucede-se como ato de apreensão e representação do cenário urbano, que pode ser traduzida na ação de um etnógrafo.

A etnografia urbana permite identificar e caracterizar o espaço sob outros olhares, que não são somente os vinculados às instituições de poder. Este artigo é resultado de uma experiência etnográfica em uma pequena parcela referente ao espaço urbano central de uma cidade situada no Vale do Paraíba paulista, que pode, por sua vez, se assemelhar a qualquer outro município brasileiro.

As pessoas são peças chave para este estudo etnográfico, uma vez que serão consideradas em suas condições existenciais, como sujeitos que carregam em si não só um aparato cultural como social. O aparato cultural será fundamentado nas memórias, sejam elas histórica, familiar e coletiva, cujo repertório se nutre de valores pautados nos conhecimentos dos indivíduos que, por sua vez, influenciam na construção de seu meio, bem como também é influenciado por este meio, seja de maneira consciente ou inconsciente. O espaço da cidade é experimentado em suas diferentes perspectivas urbanas, da mesma forma como a paisagem é produto da escala humana.

Milton Santos (1988) considera paisagem como materialidade, formada por objetos materiais e não materiais, e enxerga a vida como sinônimo de relações sociais, as quais não são possíveis sem a materialidade, que também se realiza por intermédio dos objetos. Sabendo dessa constituição material e imaterial da paisagem, e que elas estão numa relação dialética, a proposta de entender o aspecto subjetivo das cidades advém da necessidade de interpretar a maneira pela qual o indivíduo se comunica com esses objetos e atua nesse meio.

Como forma de realizar experimentações etnográficas, aborda-se neste estudo uma identificação prévia de apropriação territorial de um espaço público específico, a fim de analisar como se dá a vida urbana em sua configuração material e simbólica, pelas quais desenham espaços caracterizados pela astúcia do caminhar e/ou de se fixar. Para esse fim, utilizou-se da técnica da etnografia urbana, circunscrita ao espaço central de uma cidade do Vale do Paraíba paulista, que nos permitiu identificar espaços de poder associados àquilo a que se denominou panoptismo reverso, o qual impõe aos micro poderes, uma hierarquia de tensões, guiadas pelo medo.

O LUGAR DA EXPERIÊNCIA

O local escolhido para o estudo etnográfico foi a Praça Padre João, parte integrante do adro da Matriz de São José, localizada no centro da cidade de São José dos Campos - SP. O município de São José dos Campos é sede da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte; possui uma área de 1.099,41 km² e 713.943 habitantes (EMPLASA, 2018). Tem seu passado marcado por fases específicas na região, cuja trajetória compreendeu o Tropeirismo, a produção de Café, a fase sanatorial (1935-60), que dotou a cidade de infraestrutura de saúde e de políticas higienistas e profiláticas e a Industrialização.

Assim como Aglaura, a cidade fictícia de Ítalo Calvino (1990), é difícil dizer algo sobre São José dos Campos “além das coisas que os próprios habitantes da cidade sempre repetem: uma série de virtudes proverbiais”(CALVINO, 1990, p.65), cujo passado, atrelado à doença, sofreu um processo de apagamento, por provocar o recurso da memória sombria e das incertezas de processo de cura. Sobre essa questão, o depoimento de um agente do setor de planejamento do município, em 1961, é bastante contundente

os joseenses desejam esquecer de modo definitivo esse período (sanatorial), orgulham-se de ter conseguido expulsar do centro as casas que recebiam doentes, apreciam afirmar que a cidade se transformou de maneira radical e nada mais conserva das características anteriores (PMSJC, 1961, s/p).

Este discurso foi pronunciado quando o município começou a se afirmar como cidade tecnológica graças, em grande parte, à instalação do Centro Técnico da Aeronáutica na década de 1950. Neste mesmo período, a inauguração da Rodovia Presidente Dutra permitiu a conexão da capital de São Paulo à capital do Rio de Janeiro. O município de São José dos Campos, por pertencer ao médio vale e estar no eixo estruturador da Rodovia Presidente Dutra, teve seu território marcado pela instalação de indústrias, o que, por sua vez, garantiu um investimento em infraestrutura, diferente dos demais municípios que não foram contemplados pela rodovia.

A cidade de São José dos Campos se assemelha a qualquer outra com características de metrópole. Em uma breve análise de sua paisagem, é possível identificar as tensões sociais, materializadas na sua geografia, recortada por nobres espaços bem servidos de infraestrutura e de equipamentos públicos, pelos loteamentos urbanos de alto padrão, pela periferização, pela exclusão urbana e pelos adensamentos promovidos pelo processo de gentrificação. As tensões se dão de diferentes formas, materializadas fisicamente na geografia da cidade, bem como nas barreiras simbólicas construídas pelas diferenças.

Ao descrever Aglaura, limitando-se às experiências de Marco Polo, – personagem de Ítalo Calvino na narrativa intitulada ‘As cidades invisíveis’ – a cidade é vista como “apagada, sem personalidade, colocada ali quase por acaso. Mas, (...) em certas horas, em certas ruas, surge a suspeita de que ali há algo de inconfundível, de raro, talvez até de magnífico” (CALVINO, 1990, p.65). No desejo de identificar as entrelinhas da narrativa urbana na cidade de São José dos Campos, realizou-se uma perambulação pelo antigo centro, espaço carregado das diferentes subjetividades que a trajetória histórica do município incorporou ou excluiu na sua dinâmica social. O centro urbano, segundo Emmanuel dos Santos (2014), é

aquele que polariza, atrai e induz, tal como o coração – core – nos movimentos de sístole e diástole. Traz para junto de si a população, na busca incessante das comodidades representadas pela grande concentração de serviços, das sedes das instituições financeiras, dos serviços cartoriais, da Igreja Matriz de São José. Centro velho, origem das primeiras ocupações da praça principal, adro da igreja, lugar das comunicações oficiais, procissão dos santos, passeio após as missas aos domingos. (SANTOS, apud. GUIMARÃES et al, 2014, p.45).

Antes da instalação da rodovia Presidente Dutra, em 1950, as primeiras indústrias do município situavam próximas à Estação Central do Brasil, nas proximidades da ferrovia, que compreende o antigo centro urbano. Composto de um conjunto de ruas e avenidas a paisagem urbana de São José dos Campos retrata as diversas modificações no seu traçado, provocadas pelos diferentes usos e formas de ocupação carregadas de temporalidades. O antigo centro de São José dos Campos é composto pelo polígono formado pelas ruas Siqueira Campos, Humaitá, Avenida Dr. João Guilhermino, e pelos trechos da Rua Dolzani Ricardo e da Rua Antônio Saes (Figura 1, delimitação em vermelho, atual malha urbana da cidade).

Figura 1. Centro antigo de São José dos Campos – SP



Fonte: DA COSTA, 2017.

Esse polígono engloba um conjunto de ruas, “que concentra o comércio e os serviços mais antigos, tradicionais e especializados da cidade, o que em parte explica o seu poder de polarização, atraindo grande movimento de pessoas, veículos e informações” (SANTOS, apud. GUIMARÃES et al, 2014, p. 46), configuração que se assemelha aos centros de outras cidades brasileiras.

Dentro deste polígono, a região composta pela Praça Padre João (Figura 2), foi selecionada como objeto de estudo para uma etnografia urbana. Por se tratar de uma localização notável no centro da cidade, a praça mantém uma relação de proximidade com a igreja Matriz, com o terminal rodoviário, com o mercado municipal e com a forte concentração de comércios, comum neste espaço. De acordo com Emmanuel Santos (2004), observa-se que a circulação de pedestres consolidou o uso intenso dos passeios, configurando “o contato amplo no âmbito público e a diversidade própria dessas áreas, que, devido à superposição dos usos e das gentes, parecem caóticas” (IDEM, p. 47).

Figura 2. Largo da Matriz de São José em 1950.



Fonte: Google Earth (editado por DA COSTA, 2018) e Resgatando Cidades, 2018.

Para tanto, este centro, que se completa por prolongamentos que se sucedem, simultâneo à modificação dos usos na história, permanece inerte, com seu desenho básico,

formado “pela morfologia, com gabarito acanhado, quase uniforme, e pelos conflitos de uso, das dificuldades de apropriação dos espaços pelos vários sistemas de deslocamentos” (IDEM, p. 58). O estudo tem como proposta investigar acerca dos atuais usos do micro espaço recortado para a análise e entender, de que forma as pessoas se apropriam deste espaço público.

A EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA NA PRAÇA CENTRAL

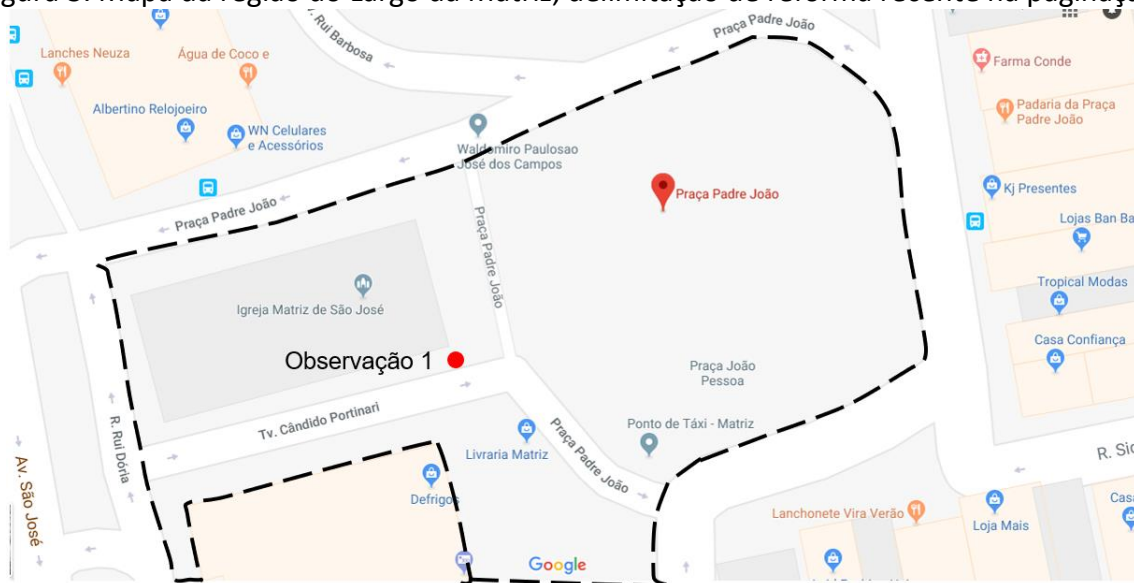
No período vespertino dos últimos dias do mês de setembro e início do mês de outubro de 2018, realizou-se a observação etnográfica no centro antigo da cidade de São José dos Campos. Durante esses dias, foi possível identificar tipos de usos diferentes do espaço, que vão do comercial e residencial, ao uso da fluidez temporária dos pedestres rumo aos seus destinos de embarque e desembarque da região central da cidade.

Os termômetros chegavam a marcar 33°C, predominando a sensação incômoda do calor incessante. Enquanto as poucas nuvens no céu realçavam o azul que nos remetia à calma, o olhar da movimentação das pessoas naquele espaço nos revelava tensões desapercibidas pelo caminhante desatento que passa por ali em cumprimento às determinações da manutenção de sua sobrevivência diária.

Ao chegar na Praça Padre João (conhecida como praça da Matriz), procurou-se cuidadosamente um local para se acomodar e iniciar a observação. O posicionamento ao lado da Igreja Matriz, próximo ao ponto dos taxistas, parecia favorecer a visão periférica e dar a sensação de que se poderia realizar a etnografia sem ser notada (Figura 3, ‘Observação 1’ em vermelho).

Com a sensação de ter descoberto um bom lugar para iniciar a observação, o olhar partiu para a caracterização daquele espaço físico. Iniciou-se pelo adro frontal da Matriz, ladeado por edificações que materializam um espaço de forma mais ou menos quadricular. Devido à uma reforma recente, com a priorização do uso para pedestres, nivelou-se a paginação das calçadas dos pontos de comércio da redondeza com a praça, fato identificado de forma gráfica na Figura 3, que indica, em tracejado, a área delimitada com o mesmo tipo de piso e, conseqüentemente, as ruas que foram suprimidas nesse processo.

Figura 3. Mapa da região do Largo da Matriz, delimitação de reforma recente na paginação.



Fonte: Google Maps, editado pela autora.

A nivelção dos pisos propõe prioridade ao pedestre, mas, mesmo assim, permite a passagem dos taxistas, que circulam no espaço limitado por uma pintura paralela na cor branca sobre as lajotas (Figura 4). Ironicamente, este caminho desenha exatamente as ruas que foram suprimidas, o que, por sua vez, apenas reduziu a passagem para taxistas e eventuais veículos públicos.

Figura 4. Delimitação do caminho para taxistas.



Fonte: DA COSTA, 2018.

A praça Padre João é composta por um lugar ajardinado e arborizado, com bancos que permitem o descanso e a possibilidade de permanência. Além dos bancos, os canteiros que delimitam espaços de área verde também fornecem assento. Em seu centro, há uma fonte luminosa, pintada nas cores azul e branca, emoldurada, de forma circular, por um gradil pintado de azul que esguicha água na vertical. Eis um belo cenário para contemplação, porém, raramente se vê alguém parado a observar as águas da fonte ou, então, todo aquele cenário projetado. Olhar mais atento nos leva a perceber que diferentes pessoas utilizam de diferentes maneiras aquele espaço.

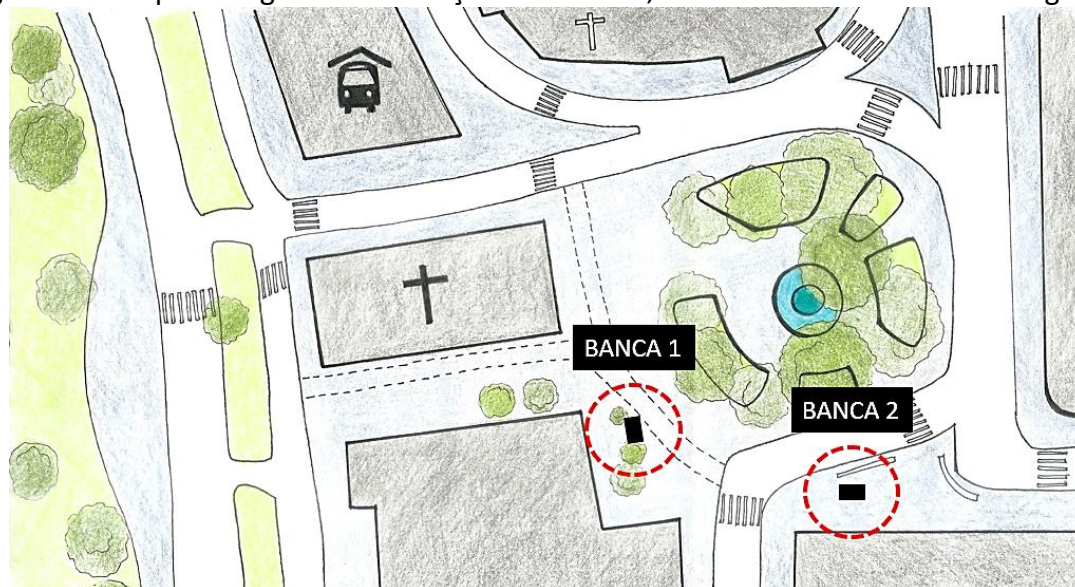
Figura 5 – Praça Padre João.



Fonte: DA COSTA, 2018.

A praça parece ser vigiada a todo momento pelas lojas de seu entorno, os quais materializam suas estruturas como um quadro imóvel perante aos fluxos de pessoas que por ali circulam e que, por algum motivo, param por ali alguns instantes. Esse entorno, configurado por estabelecimentos comerciais, compõe-se por lanchonetes, lojas de roupas, utensílios domésticos, presentes, açougues, consultórios médicos, entre outros. Fechando o quadro comercial no entorno da praça a igreja matriz, de orientação católica, orna o espaço e, do lado do terminal rodoviário, uma igreja de orientação evangélica marca seu território. Oposta à Matriz, após a praça, há um ponto de ônibus bem movimentado, que atende à região norte da cidade. Nesse local, há duas bancas fixas que também se enquadram na categorização comercial (Figura 6), um deles com a venda de artigos religiosos (banca 1) e outro como papelaria e revistaria (banca 2).

Figura 6 – Croqui da região: identificação das bancas, do terminal rodoviário e das igrejas.



Fonte: DA COSTA, 2018.

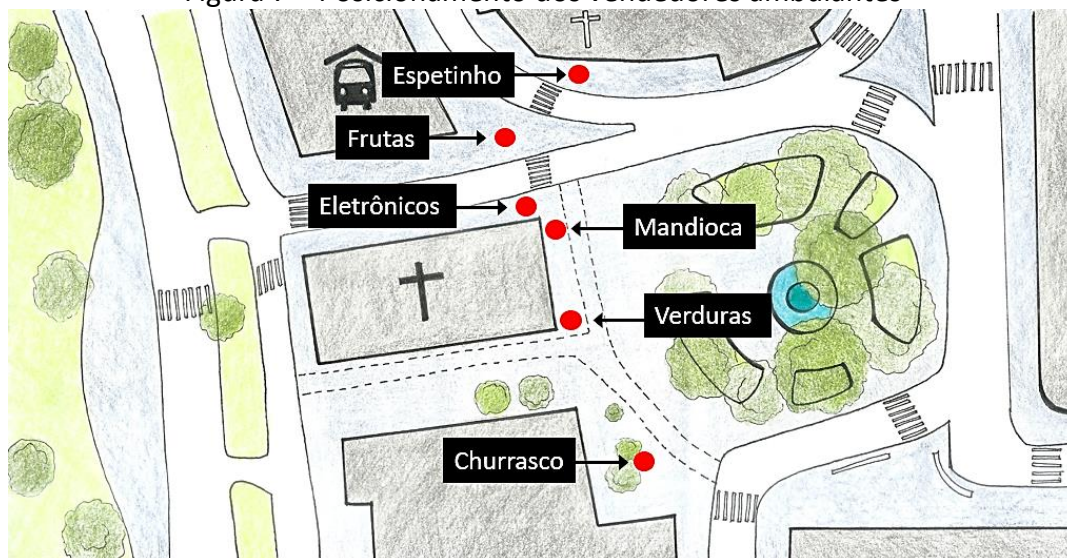
Quando o olhar do descritivo espacial passou para a identificação dos usuários como parte integrante das relações sociais, a impressão inicial da praça ser vigiada pelo entorno comercial logo se modificou, devido a experiência de instabilidade em relação ao desconhecimento dos fluxos que acontecem naquele local. Enquanto observava-se, percebeu-se que nos observavam. Mas até perceber isto, perdia-se nos mais variados sons que compunham aquela melodia urbana, embalada pelo canto dos pássaros, dos gritos dos ambulantes promovendo suas mercadorias e do som rouco dos carros, ônibus e motos nas disputadas vias de um fluxo intenso.

Na praça, nas calçadas do seu entorno e nos caminhos, a prática do comércio ambulante toma conta. Nos dias mais quentes, é possível notar a presença de pessoas vendendo sorvetes e geladinhos. Posicionada ao lado de uma banca, uma moça vendia chips de uma operadora de celular ao preço de dez reais.

Em todos os dias que se deu a *flânerie*, foi possível identificar uma apropriação de cada parte desse território pelos ambulantes (Figura 7). Em frente à igreja evangélica, ocorre a venda de espetinhos de carne; na calçada do terminal rodoviário, um homem com seu carrinho de mão, vende frutas (goiabas, jabuticabas); na esquina da igreja matriz, de frente com o terminal, encontra-se um homem com uma lona estendida no chão, com peças de eletrônicos e, ao seu lado, um outro homem com mandiocas dentro de um carrinho expõe sua mercadoria; na outra esquina da igreja, um senhor com chapéu de palha vende verduras e, próxima à banca de artigos religiosos, há uma barraca montada para a venda de churrasco (diferente do espetinho, este vende o churrasco dentro do pão francês).

Percebe-se que cada vendedor ambulante representa, nos pontos estabelecidos, um quadro fixo de uma área de influência notadamente intrínseca aos caminhos entre a Rua XV de novembro e o Terminal Rodoviário Central, percurso agregador de alto número de caminhantes durante o dia.

Figura 7 – Posicionamento dos vendedores ambulantes



Fonte: DA COSTA, 2018.

Além dos vendedores ambulantes e do vai e vem de pessoas que chegam e desembarcam no terminal rodoviário, ou por seus carros que ficam guardados em estacionamentos privados, deparou-se com algumas pessoas cujas atitudes se destoam de todo este movimento. Notou-se um homem vestido com calça jeans, blusa de frio (apesar do calor escaldante), tênis esportivo, portando uma sacola de pano, que se posicionou em frente a um cesto de lixo próximo ao ponto dos taxistas. Ele retira um catálogo de dentro do lixo, coloca seus óculos de grau e começa a folheá-lo. Depois de alguns minutos, deixa o catálogo no mesmo lugar que encontrou, segue em nossa direção e se fixa ao nosso lado por alguns instantes; fuma um cigarro e sai em direção a uma das lojas do entorno.

Em outra cena de observação, uma mulher, que segurava a mão de uma criança pequena no meio de muitas sacolas, anda rápido em direção à rodoviária, quando é surpreendida pela criança que, repentinamente solta a sua mão para pegar uma tampinha de garrafa na calçada. A mulher adverte a criança, que é puxada a força para continuar o seu caminho. Neste momento, pensou-se em quão importante era o objeto para aquela criança que, inocentemente, não compreendia a pressa de sua mãe. Certamente, aquele homem e aquela criança encontram ressonância, seguramente, às figuras retratadas no livro Marcovaldo de Ítalo Calvino. Cenários retratados neste livro se assemelham às cenas da etnografia experimentada naquela praça:

(Marcovaldo) tinha um olho pouco adequado para a vida da cidade: avisos, semáforos, vitrines, letreiros luminosos, cartazes, por mais estudados que fossem para atrair a atenção, jamais detinham seu olhar, que parecia perder-se nas areias do deserto. Já uma folha amarelando num ramo, uma pena que se deixasse prender numa telha, não lhe escapavam nunca: não havia mosca no dorso de um cavalo, buraco de cupim numa mesa, casaca de figo se desfazendo na calçada que Marcovaldo não observasse e comentasse,

descobrimo as mudanças da estao, seus desejos mais ıntimos e as misérias de sua existência (CALVINO, 1994. p.7).

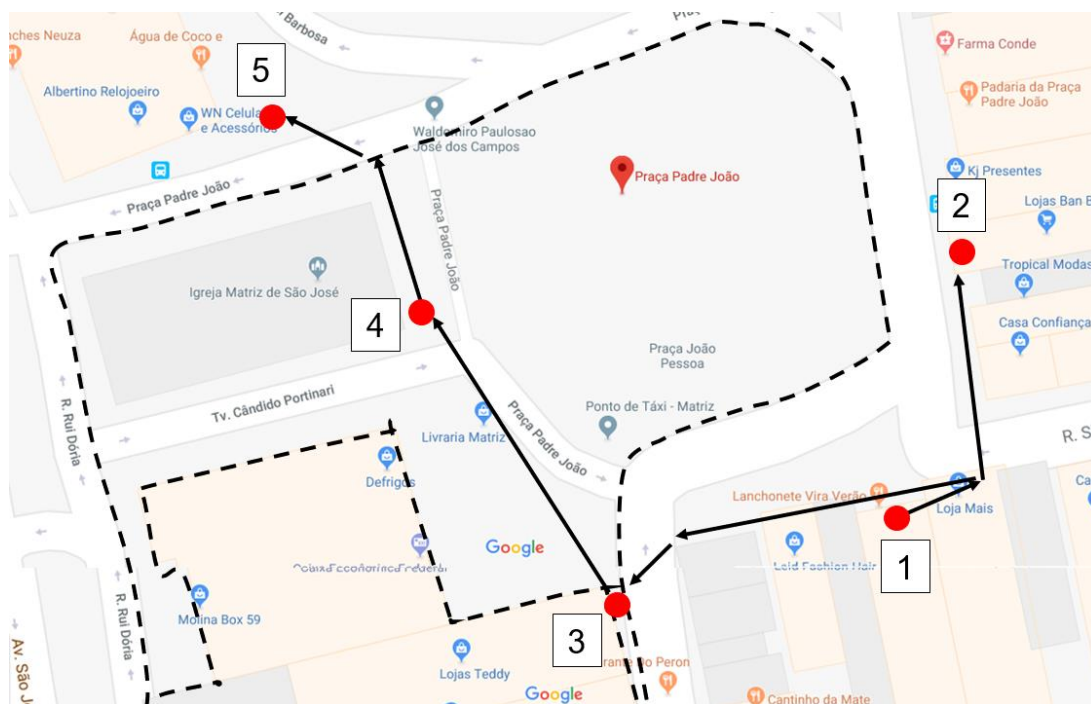
Enquanto se lembrava das cenas vividas por Marcovaldo escritas por Calvino e se associava as atitudes insólitas de seres com idades e interesses tão distintos naquele espaço, percebe-se alguns olhares em nossa direo. Neste momento, ouve-se um estalo de volta à realidade e começa-se a percorrer o olhar para as pessoas que estavam no espaço circunscrito   praça. Percebe-se que haviam pessoas sentadas em grupos nos canteiros, mas de onde se posicionou no primeiro dia, não foi possível verificar, ao certo, o que elas faziam. Porém, de forma discreta, começou-se a observar àquele indivíduo que nos fez, surpreendentemente, voltar à realidade. Tratava-se de um homem silencioso, que carregava uma caneta em uma de suas mãos e andava entre a igreja Matriz e a banca de artigos religiosos. Desde que se notou sua presença, ele andava e observava o movimento. Um outro homem se aproximou dele e o cumprimentou, conversaram um pouco e, aparentemente, trocaram de posto, pois o que estava segurando a caneta desapareceu de nossa vista e rumou em direo   praça, acompanhado do outro homem.

Depois de poucos minutos, percebeu-se que o que vendia geladinho começou a se aproximar mais de onde estávamos e, a cada passo que ele dava, gritava mais alto os sabores que ainda restavam de seu estoque. O homem que segurava a caneta retorna com um semblante diferente. O silêncio de instantes atrás foi quebrado por alta cantarola direcionada a seu colega que caminhava entre a Matriz e a banca, ao acompanhar um casal de idosos que atravessavam a praça e que paravam para conversar com outras pessoas que estavam sentadas nos canteiros que ornavam o local.

Após vinte minutos naquele local, precisou-se interromper a observao, pois um rapaz, de andar desleixado e olhar duvidoso se aproximou de forma a nos intimidar. Este, caminhou em direo aos homens que observávamos, provocando o cochicho entre eles. Confessa-se que o medo tomou conta. Não se imaginou sentir esse tipo de sensao em se tratando de um lugar tão bem afeiçoado por nossas memórias. A lembrança que se tinha daquele espaço era tal qual daquela criança que parou a correria de sua mãe para apanhar uma tampinha jogada no chão.

Nos próximos dias, mudou-se a estratégia de observao e, ao invés de se estabelecer em um ponto fixo, resolveu-se caminhar e se fixar por alguns instantes entre os comércios do entorno da praça (Figura 8). Começou-se os trabalhos da etnografia localizada no espaço da lanchonete (ponto 1). Certos de que o salgado e o suco comprados no estabelecimento deixariam a observao mais discreta. Para isso, sentou-se na mesa mais próxima da calçada, na certeza de que nada fugisse do olhar atento do etnógrafo. Com visão privilegiada das pessoas que estavam no interior da praça, pudemos ver de forma mais clara, como aquelas pessoas se apropriavam do espaço. Identificou-se três grupos distintos que, apesar das relaoes de convivência e eventual amizade, cada grupo impõe ao outro uma delimitao de fronteira imaginária entre eles.

Figura 8 – Percurso e pontos de parada observados.



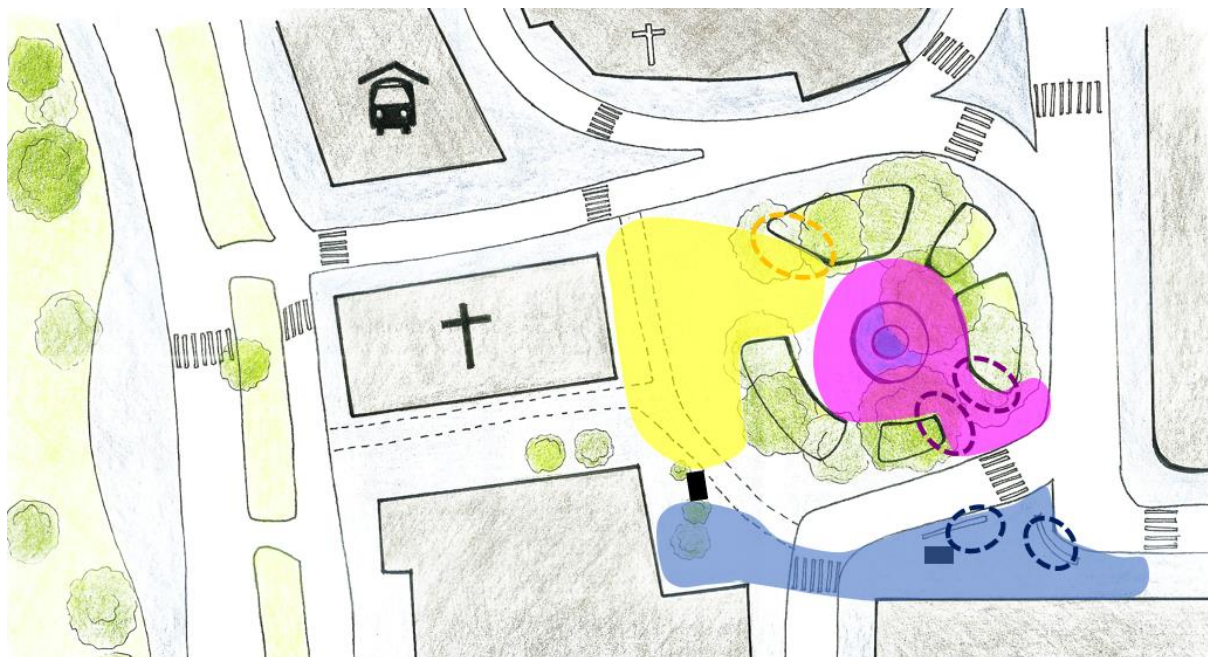
Fonte: Elaborado por DA COSTA, 2018.

Nossa localização (ponto 1, da Figura 8) era próxima de um trio de homens que conversavam entre si com mochilas nas costas. Vale ressaltar que, neste dia, havia um veículo de Apoio Social da Prefeitura estacionada em frente à igreja matriz. Percebe-se que o trio de homens representavam um grupo. Atravessando a rua, dentro da praça, havia um outro grupo, composto por sete homens, alguns destes com mochilas e outros com algumas caixas de papelão próximas a eles.

Quando se deslocou para o ponto 2 (Figura 8), dentro de uma loja de brinquedos, próximo ao ponto de ônibus, conseguiu-se avistar alguns mendigos que dormiam sob um canteiro, debaixo de uma árvore e, logo à frente, bem próximo da Matriz, havia um outro grupo composto por seis homens e uma mulher. Neste grupo reconheceu-se os dois que transitavam entre a Matriz e a banca de artigos religiosos, identificando-os com aquele grupo.

Quando se decidiu passar para o ponto 3 (Figura 8), verificou-se que os homens que estavam à frente da lançonete estavam próximos à loja que nos encontrávamos, neste momento realizou-se um esboço mental, representado na Figura 9, sobre as áreas de influência destes grupos, o que, por sua vez, delimita territorialmente um campo de disputa e poder. Quando o carro de Apoio Social saiu da praça, mais pessoas se juntaram a estes grupos que, repentinamente, retiravam objetos das mochilas e das caixas e as expunham sob uma lona no chão.

Figura 9 – Identificação dos grupos e suas áreas de influência.



Fonte: DA COSTA, 2018.

Quando se passou pelos pontos 4 e 5 (Figura 8), conseguiu-se perceber, de fato, essas marcações territoriais imaginárias, pelas quais estes grupos informais de comércio silencioso, expunham, de forma resabiada, suas mercadorias. Não se configura nesta praça um lugar de encontro, de repouso ou de socialização, ela é tomada por grupos que praticam formas de obtenção das suas condições materiais de sobrevivência. Ela é passagem para aqueles que caminham depressa, com receio e insegurança. Parece um campo de batalha, cujas pessoas adentram de forma defensiva com desejo de sair o mais rápido possível, com exceção daqueles que ali já se estabeleceram ou daqueles que procuram justamente o que estes grupos têm a oferecer.

Desde o momento inicial da experiência etnográfica, quando se identificou a composição da paisagem social do local, notou-se que os usos que se dá à praça estão longe do pensamento inicial do projeto urbanístico pensado para esse espaço, o qual, aparentemente visava a contemplação e o lazer dos usuários. A praça, para seus usuários, é o meio da atividade humana que transforma a natureza, que ordena novas formas e concepções de organização do trabalho, que constrói as identidades dos indivíduos. Aqueles homens transformam aquele espaço de acordo com suas necessidades e imprimem em tudo que os cerca a marca de suas afirmações sociais. Cada fragmento daquele espaço é marcado por barreiras imaginárias, bem delimitadas. O território, público, se transforma em privado, dependendo do ponto de vista dos que por ali realizam suas ações.

A estrutura da praça em si caracteriza-se como um espaço panóptico cercado pelas estruturas oficiais e oficiosas da vigilância e disciplinarização do espaço. Ao mesmo tempo em que os veículos da fiscalização pública exercem seu poder, os usuários da praça têm uma vista

panorâmica de todo o seu entorno, ao qual agrega tanto os comércios fixos, o comércio dos ambulantes quanto as transitoriedades das pessoas que por ali passam.

Segundo Foucault (2012), as disciplinas se tornaram, ao longo dos séculos, fórmulas gerais de dominação, cuja apropriação não se dá pelos corpos, como no caso da escravidão, mas pela manipulação calculada do corpo, formando uma política de coerção baseada nos gestos e comportamentos. Foucault diz que “o corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe” (2012, p. 133), a disciplina segundo o autor, fabrica corpos submissos e exercitados, “corpos dóceis”.

Na praça, delimitação imaginária da dominação dos grupos, para quem não pertence às estruturas fixas reais e subjetivas do espaço, predomina uma sensação de medo e insegurança. O espaço é demarcado pelos ambulantes permanentes (aqueles que possuem uma estrutura física que marca o espaço, como barraca, banca, carrinho de mão, etc), pelos vendedores que não tem ponto fixo- como o rapaz que vendia geladinhos ou a menina que vendia chips de operadoras telefônicas -, pelos clientes das lojas e pelos pedestres, condicionados às forças ordenadoras da praça, percebida quando a nossa presença, após vinte minutos, se tornou incômoda para alguns usuários da praça, cujos olhares, cochichos e até mesmo a aproximação foram o suficiente para nos intimidar e nos expulsar do lugar

A observação em diferentes pontos fixos nos permitiu identificar o desenho imaginário do território do poder instituído por três grupos intimidadores. Pode-se dizer que a rotina diária dos que usufruem da praça Padre João em São José dos Campos, repete-se nos espaços públicos de outros municípios, cuja constituição de poder se dá tanto pelas instituições panópticas oficiais e oficiosas, aqui denominadas de panoptismo reverso, ou seja, aquela que empodera grupos de indivíduos com estruturas mentais disciplinares. Ou seja, os espaços públicos são repletos de relações de vigilância constante, pelas quais os atores e interesses destes atores são múltiplos.

Foucault (2012) determina a arte da distribuição dos indivíduos no espaço sob algumas técnicas de coerção. A primeira delas diz respeito à delimitação de uma área de controle, como acontece nos colégios e quartéis. No caso da praça Padre João, essa delimitação se dá de forma imaginária, porém, cumpre sua função de controle do espaço. A segunda técnica refere-se à dispersão dos grupos, para decompor as implantações coletivas e vigiar o comportamento de cada indivíduo. Este fato é identificado quando há a presença de veículos institucionais na praça, cujos grupos se dispersam e param de exercer o seu papel de dominação sobre os demais que ali circulam. A terceira técnica trata exatamente da configuração espacial arquitetônica, neste caso, urbanística, que permite a visualização da localização funcional dos espaços, de forma a interpretar os usos, vigiar e romper comunicações perigosas. Por último, a quarta técnica, se define pela posição que cada corpo ocupa na série, cuja disciplina individualiza os corpos por uma localização que os faz circular numa rede de relações.

Essa rede de relações se dá, justamente pela delimitação sistemática dos fixos e fluxos identificados na praça, o qual cada um ocupa um lugar específico, marcando seu território formal e informal. Foucault diz que “as disciplinas, organizando as ‘celas’, os ‘lugares’ e as ‘fileiras’ criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos”

(2012, p. 142) e, isso é notável além da escala arquitetônica, como o exemplo trabalhado na experiência desta etnografia.

Entender a lógica de formação e tensão dos territórios em espaços públicos, vai além da identificação e reconhecimento dos grupos, pois remete a como se dá a implantação do sistema capitalista no ambiente urbano, cujo instinto predatório ultrapassa os limites objetivos para o nível subjetivo. Se existem grupos que vivem na informalidade, deve-se ao fato da ausência de políticas públicas e oportunidades para estes se inserirem no espaço formal. Percebe-se neste estudo, de acordo com análise sobre o panoptismo de Foucault, a necessidade de se conhecer os diferentes usos e apropriação dos espaços, cujo olhar totalizante de um *voyer*, segundo a concepção de Certeau, dificulta a identificação das redes de relações visíveis e vivenciadas pelos caminhantes. Portanto, o estudo etnográfico aproxima aquele que estuda e planeja as cidades da realidade complexa das cidades urbanas.

Acredita-se que a etnografia, no Planejamento Urbano, é um recurso que contribui para as análises da promoção de novos processos de territorialização e de resistência, desbravando e dimensionando processos que são pouco conhecidos. Realizar atividade de apreensão e registro de aspectos morfológicos de trechos definidos da cidade significa reforçar a construção de um conhecimento e de uma síntese das narrativas individuais sobre o que é observado, pouco acessível aos planejadores de laboratório. A práxis da rua deve ser vivenciada, para que se possa pensar na cidade como espaço de direito a todos, sem exceção; não se limitando às definições estritamente econômicas, mas contemplando os diferentes problemas das camadas subalternizadas das populações regionais.

Compactuamos com Thomas Morus, quando, nos idos de 1580, escrevia:

É minha convicção firme que uma distribuição segundo critérios de equidade ou uma planificação justa das coisas humanas não é possível sem eliminar totalmente a propriedade privada. Enquanto ela subsistir, estou convencido de que há de continuar sempre a haver, entre grandíssima parte da humanidade e entre a melhor parte dela, o fardo angustiante e inelutável da pobreza e da miséria (MORUS, 2006, p. 479).

A negação desse princípio, perversamente reafirmado em nossa realidade, é o da mobilização de energias para a construção da utopia concreta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A paisagem da praça como passeio público, como materialidade do comércio formal e informal, das estruturas sólidas e líquidas, da constituição de múltiplos territórios dentro de uma territorialidade pré-definida, dentro da microescala da cidade, são exemplos de

perspectivas identificadas com a apropriação do método etnográfico. A experiência do pesquisador como um *flâneur* e, ao mesmo tempo, como um caminhante, mostrou como as pessoas se utilizam de uma estrutura panóptica para vigiar e estabelecer seu domínio sobre os demais. Foi possível identificar os grupos fixos e a maneira que eles interagem com o espaço.

Haeasbaert (2004) diz que não há mais espaços fechados e identidades homogêneas. Fato este associado às várias formas de apropriação de um mesmo espaço pelos mesmos sujeitos. As vidas estão impregnadas de influências advindas de inúmeros outros espaços e escalas. A própria “singularidade” dos lugares (e dos territórios) provém de uma específica combinação de diversas influências, que podem resultar das mais diversas partes do mundo. Percebe-se neste estudo etnográfico como um espaço funcional, agrupa vários significados em diferentes contextos, conduzindo a constituição de espaços simbólicos.

O conceito de Certeau sobre a produção de espaços pelo ato de caminhar, foi colocado à prova e, ao mesmo tempo, foi identificado um panoptismo reverso, o qual grupos, que não são pertencentes às instituições oficiais de poder, tem um outro poder sobre o mesmo território, que se transforma em produto das heterotopias, respostas de espaços que funcionam em condições não hegemônicas.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter, *Paris do Segundo Império*. In: *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Obras escolhidas III. São Paulo, Brasiliense, 2000.

CALVINO, Ítalo, *As cidades invisíveis*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.

CALVINO, Ítalo, *Marcovaldo*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DA COSTA, A.C.G; RIBEIRO-MOREIRA, P.N; ZANETTI, V. *Dinâmica regional e história: oscilações socioespaciais entre São José dos Campos e Taubaté – SP*. XV Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Salvador – BA, 2017.

EMPLASA, Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano. *Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte*. Disponível em: <https://www.emplasa.sp.gov.br/RMVPLN>
>Acessado dia 24 de outubro de 2018.

FOUCAULT, Michel. *O fim do suplício e o panoptismo. Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GUIMARÃES, A. C; PAPALI, M. A; ZANETTI, V. *São José dos Campos: Cotidiano, Gênero e Representação*. Volume VII, São José dos Campos – SP, UNIVAP, 2014.

HAESBAERT, Rogério. *Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade*. Porto Alegre, 2004.

ROUANET, S. P, *É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela?* São Paulo, Revista USP, Dossiê Walter Benjamin, v.1, n. 15, set/out/nov. 1992. p. 49-75.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia*. São Paulo, Hucitec, 1988.